# MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS)

## PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

## TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

## NÍVEL IV – Atividade Técnica de Complexidade Intelectual

Aplicação: 11/10/2008

## PROVAS OBJETIVAS

## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

**1** **Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.**

**2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

*As recordações são os únicos belos astros que adornam a noite da velhice.*

**3** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.

**4** Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.

**5** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.

**6** Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.

**7** A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.

**8** Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.

**9** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.

**10** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

**AGENDA (datas prováveis)**

**I** **14/10/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.

**II** **15** e **16/10/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.

**III** **5/11/2008** – Resultado final das provas objetivas e convocação para a avaliação curricular de títulos e experiência profissional e para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.

**IV** **10 e 11/11/2008** – Entrega da documentação para a avaliação curricular de títulos e experiência profissional, em locais e horários a serem divulgados na respectiva convocação.

**OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 - MDS, de 14/8/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1** a **120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CadÚnico = Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal; CF = Constituição Federal; DF = Distrito Federal; FNAS = Fundo Nacional de Assistência Social; LDO = Lei de Diretrizes Orçamentárias; LOA = Lei Orçamentária Anual; MDS = Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; PNAS = Política Nacional de Assitência Social; PPA = Plano Plurianual; SIAFI = Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal; SIASG = Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais; SIORG = Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal; STF = Supremo Tribunal Federal; SUAS = Sistema Único de Assistência Social; TCU = Tribunal de Contas da União.

# CONHECIMENTOS BÁSICOS

**Texto para os itens de 1 a 15**

É de extrema importância possuir dados estatísticos sobre a oferta e a qualidade dos serviços públicos e sobre a capacidade dos governos municipais em atender suas populações. O conhecimento e a aprendizagem sobre a escala local proporcionados pelas informações estatísticas vêm responder às exigências imediatas de compreensão da heterogeneidade estrutural no Brasil, a fim de tornar efetiva a participação da imensa riqueza, diversidade e criatividade brasileira no contexto dos avanços social, político e econômico.

As diversidades produtivas, sociais, culturais, espaciais (regionais, urbanas e rurais), por muito tempo, foram tratadas como desequilíbrios e assimetrias. Obstáculos colocados ao desafio que é promover o desenvolvimento em um país continental e periférico como o nosso. O Brasil é um país extremamente dessemelhante em muitos aspectos, tanto no que se refere ao ponto de vista político quanto ao administrativo; daí a qualidade dos registros administrativos ser diversa no nível federal (entre os ministérios, por exemplo), no nível estadual e no nível municipal. Atualmente, contudo, as escalas nacional, regional e local mostram-se crescentemente articuladas, o que demonstra a urgência que têm em engendrar ações mais ágeis, potentes e sistemáticas, sendo demandada, necessariamente, uma oferta de informações municipais de qualidade, como instrumento efetivo de planejamento, diagnóstico e monitoramento das condições locais.

A informação atualizada é ferramenta essencial para a formulação e a implementação de políticas públicas, especialmente em áreas em que a prestação de serviços é descentralizada, como é o caso da assistência social. É necessário conhecer a real capacidade instalada e a efetiva oferta de serviços por parte de estados, municípios e organizações não-governamentais, a fim de identificar necessidades, planejar investimentos, avaliar o desempenho das estruturas estabelecidas e regular os serviços prestados.

Atualmente, a informação sobre a oferta de serviços de assistência social no Brasil é escassa e dispersa. Não há levantamentos ou pesquisas regulares que identifiquem as instituições que prestam esses serviços e investiguem de que forma o fazem. A maioria das pesquisas concentra-se em aspectos relacionados a indicadores sociais de determinados grupos populacionais ou áreas geográficas, fornecendo, desse modo, um perfil da demanda potencial pelos serviços de assistência social, a partir de indicadores relacionados à vulnerabilidade dos grupos pesquisados.

Assim, faz-se necessária a realização de um estudo sobre a rede da assistência social no Brasil, com informações sobre os serviços prestados, de modo a orientar investimentos estratégicos — inclusive no que se refere à capacitação de recursos humanos — bem como subsidiar mecanismos de regulação da qualidade dos serviços, partilha e repasses de recursos.

**Perfil dos municípios brasileiros: assistência social 2005/IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 217 (com adaptações).

Acerca das idéias expressas no texto e considerando aspectos relativos a tipologia textual, julgue os itens a seguir.

**1** Segundo o texto, no Brasil, apesar de a obtenção de informações sobre a oferta e a qualidade dos serviços públicos auxiliar os municípios no atendimento a sua população, a diversidade no registro dessas informações, que são geradas nos níveis federal, estadual e municipal, constitui um obstáculo ao desenvolvimento do país.

**2** O planejamento, a implementação e a avaliação de políticas públicas requerem informações atualizadas sobre os serviços oferecidos pelos estados, pelos municípios e pelas organizações não-governamentais.

**3** A escassez de informação sobre a oferta dos serviços de assistência social decorre da falta de pesquisas que focalizem indicadores sociais de alguns grupos populacionais e de algumas áreas geográficas.

**4** Investimentos estratégicos na área social e controle de qualidade dos serviços prestados são ações necessárias, no contexto atual, para a realização de um estudo sobre a rede de assistência social no Brasil.

**5** O texto classifica-se como dissertativo porque apresenta análise e avaliação de dados sobre a qualidade dos serviços públicos no Brasil.

Ainda com relação ao texto, julgue os itens de **6** a **15** quanto aos sentidos, aos aspectos lingüísticos do texto e a correspondências oficiais.

**6** Mantém a correção gramatical do texto a seguinte reescrita do trecho "responder às exigências imediatas" (ℓ.5-6): responder a exigências imediatas.

**7** De acordo com a atual ortografia oficial, admite-se que o termo "heterogeneidade" (ℓ.6) seja grafado como **heterogenidade**.

**8** Os vocábulos "importância", "estatísticos", "públicos", "político" e "econômico" são acentuados graficamente em decorrência da mesma regra.

**9** O termo "Obstáculos" (ℓ.12), cujo significado está associado contextualmente a "desequilíbrios e assimetrias" (ℓ.12), refere-se a "As diversidades produtivas, sociais, culturais, espaciais (regionais, urbanas e rurais)" (ℓ.10-11).

**10** Preserva-se a coerência textual ao se substituir "engendrar" (ℓ.21) por **produzir**, **gerar** ou **dar origem a**.

**11** O trecho "para a formulação e a implementação de políticas públicas" (ℓ.26-27) complementa o sentido do adjetivo "essencial" (ℓ.26).

**12** A substituição da forma verbal "concentra-se" (ℓ.39) pelo seu plural mantém a correção gramatical do período.

**13** O conectivo "de modo a" (ℓ.47) pode ser substituído por **a despeito de** sem que haja alteração no significado original do texto.

**14** Nas linhas 48 e 49, os travessões podem ser substituídos por vírgulas, sem prejuízo para a correção gramatical do período.

**15** O texto apresenta nível de linguagem formal e poderia ser parte de um ofício, correspondência que se caracteriza pela troca de informações entre seções de um mesmo órgão da administração pública.

Julgue os itens de **16** a **25**, relativos ao direito constitucional.

**16** O poder constituinte decorrente subordina-se às limitações que o órgão investido de funções constituintes primárias ou originárias estabeleceu no texto da CF.

**17** A aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos é o pressuposto jurídico exigido pela CF para a investidura em cargo ou emprego público, inclusive nas hipóteses de nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

**18** É dever da administração pública pautar seus atos pelo princípio da eficiência, que se concretiza também pelo cumprimento dos prazos legalmente determinados. Desse modo, a atividade administrativa deve dar pleno atendimento ou satisfação às necessidades a que visa suprir, em momento oportuno e de forma adequada. Impõe-se aos agentes administrativos, em outras palavras, o cumprimento estrito do dever de boa administração.

**19** No modelo federativo brasileiro, os municípios são entes da Federação, que recebem diretamente da CF numerosas competências comuns ou exclusivas, entre elas a de instituir e arrecadar tributos de sua área demarcada na Lei Fundamental.

**20** As restrições impostas à atuação do administrador público pelo princípio da moralidade são auto-aplicáveis, por trazerem em si carga de normatividade apta a produzir efeitos jurídicos.

**21** Os poderes do Estado encontram nos direitos e garantias individuais limites intransponíveis, cujo desrespeito pode caracterizar ilícito constitucional.

**22** Segundo o STF, sem que ocorra qualquer das situações excepcionais taxativamente previstas no texto constitucional, nenhum agente público poderá, contra a vontade de quem de direito, ingressar, durante o dia, sem mandado judicial, em espaço privado não aberto ao público, onde alguém exerce sua atividade profissional.

**23** A CF estabelece a legitimidade dos sindicatos para defender em juízo os direitos e interesses coletivos dos integrantes da categoria que representam. Caso se trate de direitos individuais, o sindicato não terá legitimidade para defendê-los em juízo.

**24** O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da CF, sobretudo aos que dizem respeito à saúde.

**25** De acordo com o STF, a CF permite que os estados possam legislar a respeito de jogos de azar, loterias e similares, por não se tratar de competência privativa da União.

Acerca do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

**26** Caso a administração pública tenha tomado uma providência desarrazoada, a correção judicial embasada na violação do princípio da razoabilidade invadirá o mérito do ato administrativo, isto é, o campo de liberdade conferido pela lei à administração para decidir-se segundo uma estimativa da situação e critérios de conveniência e oportunidade.

**27** Os contratos administrativos regem-se não só pelas suas cláusulas, mas, também, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente as normas de direito privado.

**28** Se a administração pública reconhecer que praticou ato administrativo ilegítimo ou ilegal, deverá haver a revogação desse ato, que poderá ser feita pela própria administração ou pelo Poder Judiciário.

**29** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração. Caso inexista viabilidade de competição, a licitação será dispensada.

**30** Em regra, o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários não se sujeita a prazo de decadência.

**31** O Poder disciplinar é discricionário. Assim, se o administrador tiver conhecimento de falta praticada por servidor, terá a liberdade de escolha entre punir e não punir.

**32** De acordo com o princípio da continuidade dos serviços públicos, se uma pessoa satisfizer às condições legais, ela fará jus à prestação de determinado serviço, sem qualquer distinção de caráter pessoal.

**33** Os atos administrativos gozam de presunção *juris tantum* de legitimidade (atributos do ato administrativo). Desse modo, presume-se, até prova em contrário, que os atos administrativos tenham sido emitidos com observância da lei.

**34** Na hipótese de o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para que este proponha a indisponibilidade dos bens do indiciado.

**35** O servidor público que retardar, indevidamente, ato de ofício praticará ato de improbidade administrativa.

As três leis que regem o ciclo orçamentário — PPA, LDO e LOA — são estreitamente ligadas entre si, compatíveis e harmônicas. Elas formam um sistema integrado de planejamento e orçamento, reconhecido na CF, que deve ser adotado pelos municípios, pelos estados e pela União. Acerca dessas leis, julgue os itens que se seguem.

**36** As despesas com o planejamento e a execução de obras, a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente compõem o grupo de natureza de despesa de investimentos. Essas despesas têm suas dotações orçamentárias executadas exclusivamente na esfera do orçamento de investimento.

**37** No âmbito do MDS, as dotações orçamentárias executadas na unidade orçamentária Fundo Nacional de Assistência Social são classificadas no orçamento da seguridade social, enquanto as despesas do MDS são executadas no orçamento fiscal.

**38** Em decorrência da implantação do SIAFI, a realização da receita e da despesa da União deve ser feita por via bancária em estrita observância ao princípio da unidade de caixa, e o produto da arrecadação de todas as receitas terá de ser, obrigatoriamente, recolhido à conta do Tesouro Nacional, no Banco do Brasil.

A boa gerência, hoje, é um dos recursos mais cobiçados do planeta. Um recurso que, de qualquer ponto de vista, marca diferenças significativas de competitividade entre as nações. É um recurso estratégico, não-generalizado, nem no mundo, nem no interior das sociedades, inclusive das desenvolvidas.

Esse recurso torna-se mais importante ainda diante das novas demandas que se têm apresentado ao setor público, que são muito amplas e recobrem um grande espectro. Entre outros aspectos, as demandas têm a ver com as novas tecnologias, com os desenvolvimentos na área geopolítica e com transformações na área geoeconômica.

Bernardo Kliksberg. **O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente**. São Paulo: Edições Fundap, 1997, p. 74-9 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens de **39** a **41**, acerca das convergências e das divergências entre a gestão pública e a gestão privada.

**39** As demandas que têm sido feitas à gestão pública contemporânea requerem um quadro gerencial de elevada especificidade técnica, pois trata-se de gerenciar organizações públicas que devem forjar um Estado para fazer frente à complexidade e à incerteza, além de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Espera-se que a nova gerência pública coopere para o aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos e que se dedique a fazer que os atos do poder público sejam mais transparentes.

**40** A empresa privada e o governo demandam gestão eficiente, mas o gestor público deve trabalhar com restrições que um executivo de negócios privado não tem. O executivo pode usualmente redefinir as metas da organização, modificar sua estrutura, mudar seu pessoal. Os gestores públicos, por outro lado, devem ter habilidades que lhes permitam operar dentro de metas fixadas por lei, de estruturas organizacionais controladas pelo sistema jurídico, com funcionários estáveis e sob pressão da política.

**41** A gestão privada é pautada pela busca da eficácia, ou seja, a utilização de seus recursos da forma mais produtiva e econômica possível. Por sua vez, a gestão pública não é guiada pelos princípios da eficácia e da eficiência, pois a administração pública, direta e indireta, obedece à legalidade, não podendo postergar o dever administrativo por excelência.

Os sistemas administrativos voltados para a gestão pública permitem a transparência na implementação das diversas ações do governo, possibilitando seu acompanhamento e avaliação, bem como a disponibilização das informações não privativas e não confidenciais para o governo como um todo e a sociedade (Internet: <www.planalto.gov.br>). Com referência a esses sistemas, julgue os itens a seguir.

**42** O SIORG dota a administração pública federal de informações completas acerca de sua estrutura organizacional, com dados sobre as competências, as finalidades, a jurisdição, o histórico legal e os titulares dos órgãos do governo federal. O SIORG é um instrumento que permite a elaboração e o controle sistêmico de estruturas regimentais, estatutos, regulamentos e regimentos internos dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

**43** O desenvolvimento do SIASG vai ao encontro de uma política de governo eletrônico. O SIASG é constituído por módulos que realizam um conjunto de procedimentos do processo de compras e contratações, que permitem, entre outras ações, o cadastro de fornecedores e a sistematização e divulgação eletrônica de licitações.

Com referência ao empenho da despesa no orçamento público e ao acompanhamento da execução orçamentária pelo cidadão, julgue os itens subseqüentes.

**44** O empenho da despesa, no orçamento público, consiste na verificação do direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. O empenho não cria obrigação, mas a reserva de dotação orçamentária para garantir o pagamento estabelecido no contrato entre o Estado e seus fornecedores.

**45** A divulgação ao público, inclusive pela Internet, dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias é um dos instrumentos da gestão fiscal. A transparência também é assegurada mediante incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão do PPA, da LDO e do orçamento.

A sugestão de um novo paradigma para pensar a reforma do Estado impõe a ruptura com os enfoques tecnocrático e neoliberal. O primeiro, ao priorizar o insulamento das elites estatais, a primazia do conhecimento técnico e o alijamento da política, tende a reforçar visões e práticas irrealistas porque calcadas na despolitização artificial dos processos de formulação e execução de políticas. O segundo, influenciado pela ótica minimalista, enfatiza unilateralmente a redução do Estado, subestimando o papel do reforço e a revitalização do aparelho estatal para o êxito de suas políticas, bem como a relevância da intervenção governamental para preencher as lacunas existentes e levar o mercado a funcionar de forma eficiente, em consonância com um projeto coletivo. Finalmente, a proposta desse novo paradigma implica não só a redefinição do conceito dominante de autonomia estatal, como também o reforço dos mecanismos e procedimentos formais de prestação de contas ao público e a institucionalização das práticas de cobrança por parte dos usuários dos serviços públicos e dos organismos de supervisão e controle.

Eli Diniz. **Em busca de um novo paradigma: a reforma do estado no Brasil dos anos 90**. *In*: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 10, n.º 4, p. 13-26, 1996 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando os conceitos da administração pública, julgue os itens de **46** a **50**.

**46** A organização burocrática é embasada no modelo racional-legal de administração, exclusiva da área pública, sendo caracterizada pela racionalidade decorrente da objetividade das normas de julgamento; pela impessoalidade, que se revela nos métodos objetivos de selecionar e promover funcionários; e pelo grau de previsibilidade que proporciona aos dirigentes públicos.

**47** A administração pública gerencial vê o cidadão como contribuinte de impostos e como cliente dos seus serviços. Os resultados da ação do Estado são considerados bons não porque os processos administrativos estão sob controle e são seguros, como quer a administração pública burocrática, mas porque as necessidades do cidadão-cliente estão sendo atendidas.

**48** Como corolário do plano diretor da reforma do aparelho de Estado foi instituído o programa nacional de publicização, buscando a maior eficiência do Estado e a excelência nos serviços públicos. O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Esse processo é conhecido como publicização, no qual o Estado reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor, estabelecendo parceria com a sociedade para o financiamento e controle social na execução de serviços não competitivos ou exclusivos do Estado.

**49** A emergência do paradigma pós-burocrático, descrito em linhas gerais no texto em questão, é calcada na transição de um tipo burocrático de administração pública, rígido e ineficiente, para a administração gerencial, flexível e eficiente. Com isso, busca-se o fortalecimento da *governance*, ou seja, das condições sistêmicas mais gerais, sob as quais ocorre o exercício do poder em determinada sociedade, tais como as características do regime político, a forma de governo, as relações entre os poderes, os sistemas partidários, o sistema de intermediação de interesses, entre outras.

**50** O modelo gerencial de gestão pública destaca-se pelo uso do *balance scorecard* na avaliação e no gerenciamento de projetos. O mapa estratégico dessa tecnologia gerencial permite avaliar a participação das partes interessadas na administração pública, assegurando que suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas pelos gestores.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em entrevista concedida em 2005, o ministro do desenvolvimento social afirmou: "Com a criação do MDS, integrando as políticas sociais de forma intersetorial, integrando as políticas públicas da assistência social, da segurança alimentar e de renda familiar básica — o Bolsa Família —, criou-se um novo desafio. O Fome Zero foi colocado no contexto desse novo ministério, e nós colocamos como uma das nossas metas a unidade no conceito, na ação e na implementação das políticas Fome Zero. Temos, hoje, um conjunto de ações e de obras sociais que conformam o Fome Zero. Em linha geral: o Fome Zero não é uma política social específica. É um conjunto de ações governamentais e não-governamentais que visam erradicar a fome e a desnutrição no Brasil".

Internet: <www.fomezero.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o documento Políticas e Programas do MDS, julgue os seguintes itens.

**51** A criação do MDS representou a centralização das políticas sociais na órbita do governo federal, afastando as iniciativas da sociedade civil.

**52** A reorganização administrativa que levou à criação do MDS manteve como principal ponto da política social do governo federal o programa Fome Zero.

**53** A legislação que criou o MDS estabeleceu como uma das competências da pasta a articulação das políticas sociais do governo federal com entidades da sociedade civil.

**54** A criação do MDS visou à descentralização da formulação de políticas sociais, como a renda familiar básica, que passaram a ser concebidas por diferentes órgãos da administração federal, como a Presidência da República, o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde.

**55** Na criação do MDS, não foi prevista nenhuma competência além da manutenção do programa Fome Zero.

Com relação às ações de capacitação do Programa Gestão Social, no MDS, julgue os itens a seguir.

**56** O programa mencionado desenvolve parte de suas atividades por meio de cursos a distância.

**57** Os cursos de capacitação são coordenados pelo Ministério da Educação em razão da experiência desse ministério em organizar eventos de treinamento de pessoal.

**58** Uma das principais iniciativas do MDS na área de capacitação é o treinamento de gerentes sociais de administração estaduais e municipais.

**59** No MDS, existe o entendimento de que as políticas e os programas sociais são possíveis somente com a capacitação permanente dos profissionais envolvidos.

**60** Os últimos programas de capacitação do MDS aconteceram no final de 2006, e a realização de novos programas não está prevista.

Com relação ao programa Bolsa Família, julgue os itens subseqüentes.

**61** O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades para famílias que têm renda abaixo de determinado nível.

**62** O referido programa transfere renda para famílias residentes em apenas algumas regiões do Brasil.

**63** As condicionalidades relativas à educação incluem, por exemplo, a freqüência escolar mensal mínima de 85% das crianças entre 6 e 15 anos de idade.

**64** A condicionalidade social inclui o comparecimento do beneficiário em programas de mutirão para construção de casas.

**65** O programa denomina-se Bolsa Família porque consiste na distribuição de cestas básicas para famílias carentes na periferia das grandes cidades.

Acerca dos programas relativos à segurança alimentar e nutricional desenvolvidos pelo MDS, julgue os itens que se seguem.

**66** A preocupação com a segurança alimentar e nutricional remonta ao início da década de 70 do século passado, quando foi aprovada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

**67** O MDS destina recursos financeiros e apoio técnico à implantação de programas e equipamentos públicos de segurança alimentar.

**68** O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar prevê a compra direta da produção de pequenos agricultores, desde que esta não ultrapasse determinado limite anual por agricultor.

**69** O programa do leite — Leite Fome Zero — adquire seu produto de agricultores familiares que produzem até 100 litros de leite por dia.

**70** A distribuição de cestas básicas faz parte da agenda do MDS. No entanto, atinge apenas grupos específicos em situações emergenciais, como, por exemplo, famílias vítimas de calamidade pública.

Julgue os itens seguintes, relativos às atividades de avaliação, monitoramento e controle de políticas sociais.

**71** Controle é atividade realizada pelo TCU, haja vista que o Poder Executivo não tem órgãos de controle de legalidade de seus atos.

**72** A atividade de controle diz respeito à legalidade dos atos praticados pela administração, enquanto a avaliação e o monitoramento procuram informar se determinada política produz resultados ou não.

**73** O monitoramento de determinada atividade depende de indicadores. No caso do programa Bolsa Família, um exemplo é o número de famílias que ultrapassaram a linha de pobreza.

**74** Indicadores são importantes para mostrar resultados de determinada atividade, mas não têm nenhuma função na melhoria das atividades de gestão.

**75** Avaliação e o monitoramento se confundem na medida em que o objetivo de ambas se restringe ao estudo dos resultados das atividades de gestão.

O CadÚnico é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do governo federal voltados para o atendimento desse público. Considerando essa definição do CadÚnico, julgue os seguintes itens.

**76** A gestão do CadÚnico é de responsabilidade do MDS.

**77** O CadÚnico diz respeito exclusivamente ao programa Bolsa Família, não sendo aplicável a nenhum outro programa gerido pelo MDS.

**78** Em razão de os dados do CadÚnico serem reservados, não poderão ser utilizados para outros fins que não sejam a formulação e a gestão de políticas públicas ou a realização de estudos e pesquisas.

**79** Não cabe ao MDS adotar medidas para checar periodicamente a consistência dos dados do CadÚnico.

**80** A utilização do CadÚnico é obrigatória para os programas geridos pelo MDS.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. A partir desse conceito de segurança alimentar e nutricional, julgue os itens a seguir.

**81** Nos municípios brasileiros, a implementação do programa de construção de cisternas para armazenamento de água da chuva é uma iniciativa que contempla princípios de segurança alimentar e nutricional.

**82** Caso um agricultor familiar da região rural do Vale do Jequitinhonha (MG), participante do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), venda a sua produção, sem licitação, ao governo local, por preço de venda que não seja superior ao praticado nos mercados regionais, o processo de compra será considerado legalmente correto.

**83** O programa de segurança alimentar e nutricional brasileiro ainda não abrange comunidades quilombolas e indígenas.

A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) ocorreu em julho de 2007, em Fortaleza – CE, tendo dela resultado um documento final com várias propostas para a área de segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, julgue os itens que se seguem, acerca da estrutura organizacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

**84** O ministro da Cultura, o secretário de agricultura da Presidência da República e o presidente da PETROBRAS são representantes governamentais no CONSEA.

**85** O CONSEA é responsável pela convocação da CNSAN, além de ser um dos órgãos integrantes do SISAN.

**86** Na III CNSAN, foram apresentadas propostas de regulamentação da LOSAN e de criação de um fundo nacional de segurança alimentar e nutricional.

Julgue os itens subseqüentes, relativos aos programas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social.

**87** Caso um município de 15.000 habitantes conte com uma ação social em que as empresas varejistas vendam alimentos comercializáveis para creches e orfanatos com desconto de 90% sobre o preço comercial, essa ação será considerada um programa de banco de alimentos.

**88** Caso uma família, composta de quatro integrantes, entre os quais um idoso de 70 anos de idade, apresente como renda *per capita* familiar a metade de um salário mínimo, esse idoso poderá receber, como benefício de prestação continuada de assistência (BPC), o valor mensal de dois salários mínimos.

**89** Uma família composta por uma criança de 7 anos de idade e dois adultos cuja renda familiar mensal seja de R$ 180,00 pode receber R$ 82,00 como benefício do programa BolsaFamília.

**90** De acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a União é o ente federativo responsável pelos recursos financeiros destinados à merenda escolar do estudante brasileiro.

Julgue os itens a seguir, relativos à política pública brasileira de assistência social.

**91** O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) compõe o SUAS e tem como ações: serviços socioeducativos para crianças e adolescentes afastados do trabalho precoce e transferência de renda familiar.

**92** Uma família moradora da região Norte que seja composta por 6 membros e possua de renda familiar mensal de R$ 700,00 é considerada na linha de indigência.

**93** A PNAS tem a família como núcleo central para o planejamento e a implementação de benefícios sociais.

**94** A sociedade civil tem papel fundamental na participação da gestão pública e da formulação e implementação de políticas e programas públicos, sendo essa participação considerada como ação de controle social.

**95** Uma das condicionalidades do programa Bolsa Família e do PETI é a freqüência escolar mínima de 65% para crianças e adolescentes.

Julgue os itens de **96** a **105**, relativos à PNAS e ao compromisso nacional de desenvolvimento.

**96** O MDS é o órgão responsável pela formulação e coordenação da PNAS.

**97** Atender às ações assistenciais de caráter emergencial é competência exclusiva da União quando estas forem realizadas com recursos do Fundo Nacional de Ação Comunitária (FUNAC).

**98** Participar de uma associação de catadores de materiais recicláveis credenciada a coletar os resíduos descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal é uma ação que conduz ao resultado do trabalho cooperativo, possibilitando a ampliação da renda familiar.

**99** O reconhecimento da assistência social como direito do cidadão e dever do Estado é fortalecido pelo Decreto n.º 6.393/2008, que estabelece o compromisso nacional com o desenvolvimento social entre a União, os estados e o DF, cabendo à primeira garantir o apoio técnico e financeiro para a implantação de sistemas de avaliação e monitoramento social.

**100** O decreto que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da assistência social à pessoa com deficiência e ao idoso assegura-lhes o direito de acumular tal benefício com qualquer outro, no âmbito da seguridade social, ou de regime diferente, inclusive o Renda Mensal Vitalícia.

**101** Para fins de reconhecimento do direito ao BPC à pessoa idosa, deve ser considerada a renda mensal familiar, obtida por meio da soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente por seus membros, composta, entre outros, por salários, pensões, rendimentos do mercado informal ou autônomo, inclusive o BPC concedido a outro idoso da mesma família.

**102** No âmbito da assistência social, destaca-se o papel das entidades sociais, possibilitado pelo financiamento público, por meio de isenções e imunidades em relação à receita federal e à previdência social, cabendo aos ministérios do Planejamento e da Previdência autorizar o acesso aos benefícios fiscais e tributários concedidos a essas entidades.

**103** Os serviços desenvolvidos no âmbito da proteção social especial de média complexidade são co-financiados pelo governo federal, com transferência regular e automática de recursos para os fundos estaduais e municipais, tomando como referência os critérios de partilha e elegibilidade de municípios pactuados nas comissões intergestoras e aprovados não só pelo órgão gestor, mas também pelos conselhos de assistência social dos respectivos entes federados.

**104** Entre os serviços desenvolvidos no âmbito da proteção social básica, destaca-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que, a partir do corrente ano, passou a atender quatro grupos de jovens: ProJovem Urbano, ProJovem Campo, ProJovem Trabalhador e ProJovem Adolescente. A perspectiva de inclusão apóia-se no pagamento e monitoramento, pelo governo federal, de uma bolsa no valor de R$ 100,00 à maioria dos beneficiários do Programa.

**105** Em maio de 2008, grande parte das famílias cadastradas no CadÚnico tiveram benefício do Programa Bolsa Família (PBF) liberado em julho de 2008. O que distingue o perfil das famílias beneficiárias do PBF das demais famílias cadastradas é o fato de aquelas residirem em região de extrema pobreza.

Acerca da assistência social e da promoção de inclusão produtiva, julgue os itens seguintes.

**106** A PNAS prevê, para a população em situação de rua, ações de proteção social especial, de média e alta complexidade, a serem desenvolvidas nos centros de referência da assistência social.

**107** As intervenções nas famílias em situações de violação de direitos e cujos vínculos familiares estão frágeis, mas não rompidos, envolvem desde a garantia da sobrevivência até sua inclusão em redes sociais de atendimento e solidariedade. Tais intervenções requerem acompanhamentos individuais, maior flexibilidade nas soluções de proteção e, muitas vezes, exigem uma gestão compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos do Poder Executivo.

**108** Para atender as exigências do Decreto n.º 5.940/2006, as associações e cooperativas de materiais recicláveis devem comprovar sua natureza social, sem fins lucrativos, por meio de seu estatuto ou contrato social, assim como sua constituição exclusiva, por catadores dos referidos materiais; e que estes sejam sua única fonte de renda.

**109** A adesão ao compromisso nacional pelo desenvolvimento social, por parte dos estados e do DF, implica cumprir, entre outras, a meta de erradicação do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio de termo de ajustamento de conduta.

A organização da assistência social, com base na LOAS, em seu art. 5º, deve ter como uma de suas diretrizes não só a descentralização político-administrativa, mas, também, o comando único das ações em cada esfera de governo. Da mesma forma, quanto ao financiamento, afirma, em seu art. 29, que os recursos destinados à assistência social serão automaticamente repassados ao FNAS. Quanto à gestão e ao financiamento da política de assistência social, julgue os itens de **110** a **114**.

**110** A instituição do comando e orçamento único por esfera de governo ainda constitui um grande desafio a ser vencido, tendo em vista a existência de outros fundos, como o de combate e erradicação da pobreza, que financia basicamente o programa Bolsa Família.

**111** Aspectos operacionais de gestão do sistema descentralizado de assistência social podem ser negociados e pactuados no âmbito das comissões intergestoras, tripartites e bipartites, criadas pela Norma Operacional Básica. A primeira deve ser composta por representantes dos órgãos gestores estaduais, municipais e de entidades de assistência social e a segunda, por representantes do órgão gestor federal e dos estaduais.

**112** A execução orçamentária dos programas financiados com recursos do FNAS revela, nos últimos anos, o aumento dos recursos voltados para o pagamento de benefícios, na mesma proporção que os recursos destinados aos programas e serviços sociais, contribuindo, assim, para a elevação do percentual de recursos no âmbito da seguridade social.

**113** Na conformação do SUAS, os conselhos e as conferências constituem espaços privilegiados de participação. As conferências têm a competência de avaliar a situação da assistência social e definir diretrizes para o aperfeiçoamento da política; entretanto, para a consolidação da PNAS, não se pode prescindir de um sistema de monitoramento e avaliação, bem como de um eficiente sistema de informação.

**114** Conforme estabelece a LOAS, as ações, no âmbito das entidades e organizações de assistência social, deverão levar em consideração as normas do Conselho Nacional de Assistência Social, a quem cabe proceder a inscrição de entidades para fins de obtenção do certificado de entidade beneficente de assistência social.

A pobreza no Brasil decorre de um conjunto variado de situações sociais, que incluem desde a precária inserção no mercado de trabalho à falta de acesso a políticas de proteção social. Nesse sentido, deve-se buscar a virtuosidade dos processos de desenvolvimento, entendida como a presença de elevada consistência entre política econômica e política social e a qualidade de vida de uma sociedade e entre elas e todas as demais políticas setoriais. Para isso, a assistência social deve articular-se com outras políticas sociais, de modo a evitar a fragmentação de suas ações. A respeito das principais políticas sociais de proteção social e de seu caráter complementar, julgue os itens de **115** a **117**.

**115** Desde o ano de 1996, a educação brasileira vem recebendo da União, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), recursos correspondentes a 15% do seu total para o financiamento da educação básica.

**116** O Plano Nacional de Educação (PNE), que teve como eixos norteadores a CF, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Emenda Constitucional n.º 14/1996 e demais políticas do setor, propõe metas importantes para mudar o quadro educacional brasileiro, tais como colocar todas as crianças de quatro a seis anos nas escolas. Assim, para cumprir essa meta, além da necessidade de garantir recursos, prevê, ainda, a integração de recursos do poder público, destinados à política social, em ações conjuntas da União, dos estados e dos municípios, visando garantir renda mínima associada a ações socioeducativas para famílias com carência econômica comprovada.

**117** O Ministério da Saúde, por meio de parceria com o MDS, durante o período de vacinação, realiza semestralmente as chamadas nutricionais, com o objetivo de obter informações sobre o estado nutricional das crianças menores de cinco anos de idade atendidas pela Atenção Básica. No entanto, as crianças e mulheres gestantes beneficiárias do programa Bolsa Família devem atender a essas convocações sob pena de terem o beneficio suspenso.

Acerca da política de transferência de renda não contributiva no âmbito da PNAS, julgue os próximos itens.

**118** A implementação do Benefício de Prestação Continuada representa o reconhecimento do princípio da solidariedade social no campo da garantia de renda. Recentemente, passou-se a assegurar o direito de o beneficiário acumular o referido benefício com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de regime diferente, exceto nas situações de internamento hospitalar prolongado.

**119** Visando o aperfeiçoamento do programa Bolsa Família, o MDS implementou o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), composto por indicadores de condicionalidades e cadastro. O IGD reflete o desempenho da gestão municipal e serve de base para o repasse de recursos financeiros para os municípios.

**120** O debate sobre as condicionalidades aponta para sua distinção entre analistas que as reconhecem como um instrumento eficaz para estimular o acesso aos serviços de saúde e educação como um direito e a possibilidade de romper com o ciclo intergeracional da pobreza. Outros as identificam como um mecanismo utilizado pelo Estado para realizar com qualidade a oferta de serviços nessas áreas.